



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Rua Maurício Barbosa Tavares Elias, 314 – 18150-000 – Ibiúna – SP - Fone/Fax: (15) 3241-1266
www.camaraibiuna.sp.gov.br – email: camaraibiuna@camaraibiuna.sp.gov.br

INDICAÇÃO N.º 616/2011

Indico à Mesa, satisfeitas as formalidades regimentais, seja o presente encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Prefeito **Coiti Muramatsu**, solicitando que o mesmo, em contato com o setor competente, determine o estudo da viabilidade do encaminhamento à esta Câmara Municipal de Projeto de Lei Complementar visando a redução da alíquota do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis no âmbito do município de Ibiúna, nos casos em que a aquisição do mesmo se der através de financiamento junto à Caixa Econômica Federal, ou através do Sistema Financeiro de Habitação.

JUSTIFICATIVA:-

Justifica-se a presente indicação tendo em vista que outros municípios já tomaram providências semelhantes para adequar a legislação local à atual postura do Governo Federal de implementar políticas públicas visando minimizar o problema de déficit habitacional.

É sabido que para a população de baixa renda, o imposto de transmissão, de competência municipal, pago por ocasião das transações imobiliárias, onera sobremaneira os custos desse negócio, inviabilizando muitas vezes a aquisição da casa própria.

Dessa forma, reduzindo a alíquota do imposto em questão, o município de Ibiúna estaria fazendo sua parte no tocante à empreitada pela solução do problema habitacional, fomentando assim, o surgimento de novos negócios.

Segue anexo, solicitação encaminhada pelo munícipe Paulo Giancoli, e cópia da Lei aprovada no município de São Roque.

SALA DAS SESSÕES, VEREADOR RAIMUNDO DE
ALMEIDA LIMA, EM 02 DE AGOSTO DE 2011.

Ismael M. Pereira
Vereador - 2º Secretário



Paulo Giancoli

CORECON - 13942-SP

Rua Pinduca Soares, 16, Centro
18150-000 - IBIÚNA SP BRASIL
Email: pgiancoli@terra.com.br
Site: <http://sites.crec.org.br/Giancoli>

Ibiúna, 12 de julho de 2011

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ibiúna

DD.SR. Pedro Luiz Ferreira

Ibiúna SP

Ref.: Redução do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - (ITBI)

O déficit habitacional é uma marca da sociedade atual, sendo muito evidente no Brasil e principalmente em nosso município. Estando ainda mais concentrada na população de baixa renda, devido à baixa capacidade de pagamento dessas famílias por uma unidade habitacional. Conseqüentemente isso torna os investimentos no setor de habitação populares um negocio de baixa atratividade econômica.

Entretanto, a postura atual do Governo Federal vem quebrando esse paradigma, a partir da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida, que teve inicio no final do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e vem sendo mantido pela "PRESIDENTA" Dilma Rousseff.

Os Estados e alguns Municípios já assimilaram a idéia e vem agindo com mais responsabilidade social, implementando políticas publicas com redução de determinados tributos, visando conferir atratividade econômica ao setor e principalmente, maior capacidade de pagamento a essas populações mais carentes. É muito triste para nos que trabalhos no mercado imobiliário ver o sonho da casa própria frustrado, quando o proponente comprador não tem dinheiro para pagar o ITBI (Imposto de Transmissão de Bens Imóveis).

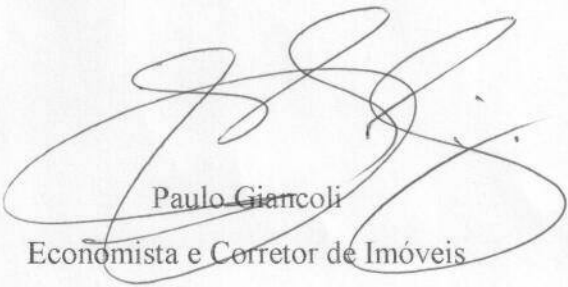
A Prefeitura de São Roque já adequou sua legislação tributária, reduzindo o referido imposto nas transações imobiliárias que envolvam o financiamento da Caixa Econômica Federal ou nas transmissões compreendidas do Sistema Financeiro de Habitação - SFH (ver Anexo I - Lei Complementar 23/03), e que poderiam ser aplicados também, quando forem utilizados recursos do Fundo de Garantia ou quanto forem enquadrados no programa Minha Casa Minha Vida.

Boa tarde
27-07-2011
viência ao
Colitador

Enfim, venho mui respeitosamente por meio desta, solicitar a V. Exa., se possível, que essa Egrégia Casa de Leis, reflita sobre as considerações acima e encaminhe com urgência um projeto de lei complementar ao executivo, reduzindo as alíquotas do referido tributo municipal, em benefício dos cidadãos ibiunense e promovendo um incentivo aos negócios imobiliários, com uma equiparação tributária regional. Certamente esse esforço resultará na criação de novos empregos e melhor distribuição de renda, melhorando a qualidade de vida em nosso município.

Certo da atenção de V. Exa. aproveito a oportunidade para reiterar os protestos de minha elevada estima e consideração.

Fraternalmente,



Paulo Giancoli
Economista e Corretor de Imóveis

ANEXO I

Modelo de Lei Complementar da Estância Turística de São Roque

LEI COMPLEMENTAR N.º 23/2003

De 22 de dezembro de 2003

PROJETO DE LEI N.º 05, de 25/11/2003.

AUTÓGRAFO N.º 2714, de 19/12/2003.

Dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão “intervivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de São Roque.

Faço saber que a Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

...

Art. 10. O imposto será calculado:

I – nas transmissões compreendidas no Sistema Financeiro de Habitação – SFH:

a) à razão de 0,5% (meio por cento) sobre o valor efetivamente financeiro, até o limite de 800 (oitocentas) Unidades de Valor Fiscal do Município de São Roque – UFM;

b) pela aplicação da alíquota de 2% (dois por cento) sobre o valor restante.

II – nas demais transmissões, pela alíquota de 2% (dois por cento).

§ 1º Na hipótese prevista no inciso I deste artigo, quando o valor da transação for superior ao limite nele fixado, o valor do imposto será determinado pela soma das parcelas estabelecidas nas alíneas “a” e “b”,